



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ATA N.º 13 (23/02/2024)

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Realizada no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e quatro

-----Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, Concelho de Ribeira Brava, sob a presidência de Rita Maria dos Ramos de Abreu, estando Maria Natália Gonçalves da Silva, como primeira secretária e André Geraldo da Côrte como segundo-secretário. -----

-----Procedeu-se à chamada para verificação do quórum. Na sessão estiveram presentes os seguintes deputados municipais, **pelo RB1**: António de Jesus Silva, Hélder Manuel Gouveia Gomes, Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes, Jordão José Andrade de Abreu, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, Bruno Mino Garcês Mendes Correia, Vítor Francisco Gomes de Abreu, Rosa Carolina Garcês Rodrigues Jardim, Marco António Abreu Junqueira, Vítor Hugo Fernandes Pereira, Karina Mónica Pereira Ferreira; **pelo PS**: Humberto Jorge Faísca da Silva, Rui Pedro Fernandes de Almeida, Laureano Secundino Ascensão de Macedo, Elsa Maria de Abreu Gomes, **pelo CHEGA**: Luís Filipe Quintal Pereira Vicêncio e Celestino Gomes Sebastião.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: Cristina Maria Camarata Abreu (Em representação do PJF da Ribeira Brava: Marco Nuno Correia Martins (RB1)), João David Jardim de Sousa (PJF Campanário), Albertina de Jesus Diniz Ferreira (PJF da Serra de Água) e Manuel Inácio da Côrte (PJF da Tabua). -----

-----A Sra. Presidente da Assembleia informou da ausência do Sr. Presidente da Câmara pelo fato de se encontrar a representar o Município, em visita do Governo Regional, ao concelho. -----

-----Estiveram ainda presentes o Vice-Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Jorge Manuel Faria dos Santos, o Vereador José Paulo Santos Andrade, a Vereadora Sandra José Abreu Vilanova e a Vereadora Flor Angélica Abreu Silva. -----

-----Pelas dez horas e trinta minutos, após verificada a existência de quórum, a Sra. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----A senhora Presidente da Assembleia informou que a deputada Marlene Pereira de Sousa Rodrigues (PS) não pode estar presente e que o PJJ Ribeira Brava, Marco Nuno Correia Martins (RB1), fez-se representar por Cristina Maria Camarata Abreu. -----

-----Foi feita a apreciação e votação da ata da sessão ordinária de catorze de dezembro de dois mil e vinte e três, tendo sido aprovada por unanimidade, com quinze votos (RB1), quatro votos (PS) e dois votos (CHEGA), totalizando vinte e um votos. Pelo fato de não terem estado presentes, na última sessão, a Presidente da Assembleia e os deputados Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes (RB1), Marlene Pereira de Sousa Rodrigues (PS) e o PJJ Campanário João David Jardim de Sousa, não poderiam participar na votação da referida ata. -----

-----Foi apresentado o Voto de Louvor, pelo grupo PS, à atleta Maria Rosalina dos Santos Kgasi nascida na África do Sul a 18 de fevereiro de 199(naturalizada em 23/5/2018, filha de pai ribeira-bravense e de mãe sul africana, a residir na Madeira, freguesia de Serra de Água desde criança, atualmente atleta da equipa de atletismo do Sporting Clube de Portugal, sagrou-se pela primeira vez Campeã nacional absoluta na disciplina dos 60 metros em pista coberta, no decurso do Campeonato Nacional de Equipas que decorreu neste mês de fevereiro de 2024. Rosalina Santos destacou-se ao serviço do Clube Desportivo do Estreito (2015 a 2017) depois de ter realizado a formação desportiva na Associação Cultural e Desportiva de São João (2009 a 2014). Em 2015 foi Campeã Nacional júnior e juvenil dos 100 e 200m e Campeã Nacional Júnior dos 100m e dos 60 e 200m em pista coberta, renovando este último título no ano seguinte. Foi campeã nacional sub´23(em 2018 e 2020), campeã de pista coberta sub´23(60m em comprimento), em 2019. Em 2020 foi a segunda portuguesa, nos 100 e 200m e em 2020 nos 100m. Fez parte da equipa que ganhou a Taça dos Campeões Europeus de Atletismo em 2018, integrando a estafeta dos 4x100m. Em 2023 esteve presente nos Europeus de pista coberta, atingindo as meias-finais dos 60m. Pelo esforço, dedicação desta grande atleta ribeira-bravense, pelo orgulho e pelos feitos desportivos da mesma e reconhecendo o mérito desportivo da atleta Maria Rosalina dos Santos Kgasi, foi apresentado este louvor à Assembleia Municipal da Ribeira Brava que, reunida em sessão ordinária no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e quatro ao abrigo do artigo 32º do Capítulo VII do regulamento, deliberou ser aprovado por unanimidade. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O deputado Rui Almeida (PS) questionou sobre o ambiente nomeadamente sobre a existência de informação relativamente às jaulas metálicas, destruídas pela tempestade marítima há meses, que se encontram depositadas no calhau frente mar e qual o motivo de não terem sido removidas, também questionou sobre a previsão das pequenas obras de recuperação do piso e muro de suporte da escadaria de acesso ao farolim da Ribeira Brava, alertando para o fato de a mesma ser percorrida por dezenas de visitantes locais e turistas. Inquiriu sobre o fato da substituição das luminárias, na avenida da frente mar e sobre o devido aproveitamento dos materiais das turbinas e outros equipamentos Central Hidroelétrica da Serra de Água, disponibilizados pela EEM, nomeadamente como materiais decorativos em jardins, pracetas e rotundas e se está prevista essa implementação. Interpelou sobre o futuro auditório da Ribeira Brava, obra prometida pelo Governo Regional e garantida pelo Sr. Presidente a 6 de maio de 2023, nomeadamente qual a sua localização, a posição no terreno, estudos do projeto e estado da orçamentação em termos do PIDDAR e do orçamento regional. Questionou se, na fase de elaboração do projeto, serão consultadas entidades públicas como juntas de freguesias, escolas, instituições e agentes culturais do concelho, que possam apresentar eventuais sugestões. Relativamente à obra da nova praceta junto ao Museu Etnográfico inquiriu sobre a “plantação de árvores” de algum porte designadamente no lado sul, no sentido de amenizar o efeito visual do prédio habitacional ali existente. -----

-----O Senhor Vice-Presidente de Câmara Jorge Santos informou que, relativamente a primeira questão, alusivo às jaulas, foi feito um pedido para reparar as respetivas jaulas na frente mar da Ribeira Brava pelo fato de ser o local mais adequado. Adiantou que durante o mês de fevereiro estará concluída a sua reparação e depois serão colocadas no local inicial. Quanto à previsão de acesso ao farol, referiu estar prevista a sua recuperação, estando previsto também um projeto a nível de iluminação, do acesso, e um projeto de ligação, eventualmente ao miradouro, de modo a obter um trajeto com características turísticas no futuro. No âmbito desta obra não vale a pena o reforço de novas luminárias para depois serem retiradas e colocar novas. Alertou para o fato da uniformização dos novos candeeiros, de modo a obter um melhor enquadramento. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O Deputado Rui Almeida (PS) questionou se as referidas luminárias estarão incluídas na referida obra. -----

-----O Sr. Vice-Presidente de Câmara respondeu que não poderia garantir o mesmo, mas adiantou o fato de estar a ser preparado um estudo, para as luminárias e sinais de trânsito, direção e informação, no centro da vila. Quanto à turbina da empresa de eletricidade afirma que logo após o desmantelamento da central elétrica, foi feito o seu pedido à EEM que foi deferido, estando devidamente armazenada para ser construído um pequeno espaço museológico, na rotunda da Serra de Água, ou num espaço ali próximo. -----

-----Em relação ao auditório, referiu ser uma promessa do Presidente do Governo, Dr. Miguel Albuquerque prevendo-se a sua localização perto do museu e da escola secundária, estando a ser realizados contactos para a aquisição dos terrenos e informou que o auditório deveria ter capacidade para cerca de 300 pessoas-----

----- Em relação à nova praça junto à escola PMA, está em estudo eventuais soluções para mitigar o impacto do “caixote”, que pode passar por plantação de árvores. -----

-----A deputada Elsa Gomes (PS) questionou qual a razão de não existir há mais de dois meses iluminação no polidesportivo do prédio da antiga escola de São Paulo, onde existe pessoas interessadas na prática desportiva no período noturno. -----

----- O Sr. Vice-Presidente de Câmara informou que foi feito o pedido à Direção Regional do Património para “devolver” a escola tendo como principal objetivo a sua recuperação, existindo um projeto para requalificação da mesma, do campo e toda a zona da Igreja de São Paulo, contudo ainda não tinha sido dada resposta por parte do Património. -----

Acrescentou existir um projeto idêntico ao espaço intergeracional de São João para aquela zona. -----

-----O deputado Humberto Faísca (PS) questionou sobre o estacionamento Serra de Água se já existirá previsão de quando será libertado o espaço do piso menos um para voltar a ser estacionamento-----

Referiu que, em dias ventosos, verifica-se a existência de guardanapos no chão provenientes das esplanadas, cabendo aos proprietários evitar esta situação. -----

-----O Sr. Vice-Presidente de Câmara informou a situação do estacionamento da praça da Serra de Água é idêntica à da praça da Tabua.,-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) interveio informando que o piso menos dois do parque da praça da Serra de Água, está a ser utilizado como armazém do município visto não existirem utilizadores que preencham a lotação do parque. -----

-----O Sr. Vice-Presidente interveio, em relação às esplanadas, alertando o cuidado crescente, entre os comerciantes, para aquisição de novo mobiliário para as esplanadas e salientou o investimento feito pela Câmara, nesse sentido. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) questionou sobre a situação do Calhau da Lapa, sobre a possibilidade da Câmara e Governo Regional, através de fundos comunitários, proporcionar o melhoramento do cais da Fajã dos Padres com maior segurança e comodidade, instalação de balneários, colocação de sinalética e restrição de captura de imagens por drones. Questionou também sobre a obra do túnel do nó do campanário e a construção do parque infantil do campanário, projeto aprovado no âmbito do orçamento participativo em 2019. -----

----- O Vice-Presidente de Câmara, informou que em relação à obra do Calhau da Lapa, existe deslocamento de terras e grande instabilidade da área tendo sido realizada uma avaliação desta situação em janeiro. Pelo que o município está a aguardar pela entrega do relatório para decidir a sua abertura ou não ao público. -----

-----Quanto a Fajã dos Padres não tinha informações de que houvesse alguma previsão de melhoria. Em relação ao nó do Campanário, a situação está no PIDDAR. Em relação ao parque infantil do Campanário, já foram realizadas as obras necessárias para implementação e melhoria daquela zona, no entanto o concurso para a colocação dos equipamentos ficou “deserto”, sendo necessário um novo procedimento, com ajustamento do caderno de encargos. No que respeita à sinalética dos drones, terá de ser verificado se é competência do Município. -----

-O Sr. P.J.F. Campanário, David Sousa, esclareceu sobre a situação da sinalética dos drones, afirmando ser regulamentação da Associação Nacional de Aviação Civil. -----

----- O Deputado Bruno Mino (RB1), em relação a situação dos drones, afirmou não ter visto nada de especial na Ribeira Brava. Abordou a questão dos estacionamento, achando que a Câmara Municipal não acautelou os interesses dos residentes, principalmente com as obras, bem como que a atuação da PSP que não salvaguarda os residentes. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Salientou também a necessidade de colocar uma vedação no muro junto a escola primaria e o pavilhão -----

----O Sr. Vice-Presidente, em relação à vedação, alertou que por se tratar de uma estrada regional, é necessária autorização do GR. No que respeita aos estacionamento de moradores, esta é uma situação provisória, que no futuro irá trazer resultados positivos, informou também que, no atual polidesportivo nascerá um parque de estacionamento, e está a ser preparada a aquisição de terrenos na Rua dos Dragoeiros para estacionamento.

----O deputado Hélder Gomes (RB1), discorda da reserva de estacionamento, pois esta acarreta uma maior escassez dos mesmos. -----

----O deputado Bruno Mino (RB1) sugeriu que, nestas zonas, se criassem “zonas de coexistência”, bem como a construção de uma estrada paralela à Rua dos Dragoeiros. ---

----O deputado Luís Vicêncio (CHEGA) questionou sobre a situação dos estacionamento da Serra de Água, uma vez que o Município não tem tutela, mas usa como armazém, questionando qual a argumentação usada pela Câmara para este assunto.

----O Sr. Vice-Presidente, afirmou ter sido feito um pedido de autorização e em contrapartida a Câmara faz algumas reparações no espaço visto pela sua utilização. -----

----O deputado Hélder Gomes (RB1), informou existirem intervenções previstas para cada espaço, contudo não sendo o espaço camarário não existiria forma de justificar a realização das mesmas. -----

----O Vice-Presidente, informou que o orçamento, para a intervenção na Serra de Água ultrapassa os 300 mil euros. -----

----O deputado Rui Almeida (PS) referiu ser compreensível as explicações dadas, contudo é necessário insistir com o Governo Regional. Congratulou a Freguesia da Serra de Água pelos eventos, ao longo do ano, pelo que a praceta, tem tido uma utilidade diferente da prevista inicialmente. Congratulou a aquisição de terrenos na vila para estacionamento. -----

----O Sr. Vice-Presidente de Câmara lembrou que o parque da Sociedade de Desenvolvimento está concessionado a privados e que os restantes parques são do Município. -----

----O deputado Rui Almeida (PS) disse que a Câmara deverá intervir junto do da entidade tuteladora e informar que a situação está a criar problemas sérios dentro da vila.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O deputado António Silva (RB1) alertou para a requalificação efetuada no centro da Serra de Água, pois ao alcatroarem a estrada, verifica-se que as beiras de escoamento de água ficaram muito elevadas. Alertou também para o lado exterior da estrada que ficou extremamente baixo. -----

-----O Sr. Vice-Presidente informou que esta situação já tinha sido detetada pelo que está prevista a subida das “meias canas” e até colocação de alguns varandins e grelhas, para resolução da mesma. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da Situação Financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Sr. Vice-Presidente informou, em relação às obras previstas na vila, o parque infantil, na rua 6 de Maio, Serra de Água e a vereda do Firmo encontram-se a evoluir a bom ritmo, algumas obras no início tais como o caminho Pedra-Vigia, Tranqual, Salões etc. Referiu várias manutenções desde limpeza de estradas, veredas, colocação de varandins e reabilitação da cobertura da escola da Serra de Água. No âmbito da proteção civil congratula o trabalho efetuado pelo coordenador de proteção civil. Recentemente foi efetuada uma intervenção no Espigão que estava a colocar em risco habitações, tem sido feita a referenciação de veredas e do seu estado para finalidades de alerta. Na educação e cultura, o coro infantil, que existia no passado, está a ser reativado. O berçário da Tabua foi inaugurado e encontra-se em funcionamento, com 12 crianças sendo uma aposta positiva à semelhança da Serra de Água, permitindo que as crianças lá continuem até ao ensino primário. Continua a substituição de iluminação pública para LED, a colocação de infraestruturas no parque municipal, sendo este um projeto financiado no âmbito da eficiência energética dos edifícios da Câmara Municipal, carregamentos elétricos auto suficientes contribuindo assim para a redução da pegada carbónica, etc. Várias ações, na área social com o relatório da CPCJ que reflete a execução de um trabalho notável, o programa de recuperação de habitações degradadas, alterando o regulamento para facilitar e agilizar os procedimentos, a estratégia local, o processo moroso da parte do IRU, o projeto do Porto da Ribeira ainda sem resposta, a obra de seis habitações, de salientar que a Ribeira Brava foi o concelho com maior índice de empregabilidade, o que



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ao trabalho notável do polo de emprego. A nível de saúde, foi realizada em janeiro a Semana da Saúde, com várias iniciativas pelo concelho desde rastreios, palestras, ações de sensibilização e um colóquio, ao longo do ano são realizadas iniciativas, quer a nível nutricional, com os nossos funcionários e outras instituições, quer a nível de psicologia com uma psicóloga a dar apoio nesta área, saúde mental etc. O projeto de São João também tem evoluído com a aquisição de ferramentas importantes a estimulação cognitiva tal como o equipamento “Sios Live” e o manual do Centro de Alzheimer. Melhorar o comércio local, a imagem das esplanadas, o civismo dos comerciantes e clientes, a campanha do comércio local realizada em dezembro com feedback positivo, e apoio aos comerciantes para uniformização das esplanadas, o programa de Natal, em preparação está o encontro de bandas, Semana da Cultura com início em maio. A nível do associativismo, já foi assinado o protocolo com os Bombeiros e com as juntas de freguesia, as restantes associações encontram-se em análise para serem aprovadas o mais rápido possível e assim poderem desenvolver o seu trabalho. -----

----O Deputado Laureano Macedo (PS) questionou sobre a utilização a dar à Escola da Bica de Pau, sabendo que de momento a mesma está sem uso, onde poderia ser instalada a Universidade Sénior ou se existe algo previsto para esse espaço, pediu informações sobre se ficou alterada ou suspensa alguma obra de responsabilidade do Governo Regional, enquanto o orçamento não se encontra aprovado.-----

----O Sr. Vice-Presidente reafirmou que a escola da Bica de Pau não está na tutela do Município. Para este espaço, estava previsto um projeto a nível da recuperação e reabilitação de toxicodependentes, que não reunia a concordância da Câmara. Estando a ser preparado um projeto, no âmbito dos cuidados continuados. No que respeita às obras que serão afetadas, reiterou o fato de que as câmaras trabalham em duodécimos, pelo que os investimentos não serão afetados, desde que estejam devidamente calendarizados. Relativamente às obras do Governo Regional, salientou que estas apenas dependem do mesmo, sendo responsável pela calendarização e pelos respetivos procedimentos. Entre elas, lembrou a recuperação desde a meia légua até a foz da ribeira, o nó do campanário e o auditório. -----

----O P.J.F. do Campanário, enalteceu o trabalho que a Câmara tem efetuado na área cultural e eventos, agradeceu em nome da casa do povo do campanário, da qual é



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

presidente, nomeadamente o apoio dado pela Câmara para a realização do carnaval ao longo dos anos, este é um apoio financeiro e cultural. Alertou para a necessidade de celeridade e sensibilidade em relação ao associativismo. -----

----O Deputado Luís Venâncio (CHEGA) congratulou a Câmara relativamente aos níveis de empregabilidade e espera que os mesmos também incluam o setor privado, salientando a importância das entidades privadas na criação de emprego. -----

---- O PJF do Campanário esclareceu que ao pedir ao município o aceleramento do apoio ao associativismo não pretendia criticar, mas sim congratular a Câmara pela sua celeridade em proporcionar este apoio de forma criteriosa. -----

PONTO 2 - Discussão e votação da Proposta - Fixação do valor do Seguro de Acidentes pessoais para os membros da Assembleia Municipal, nos termos do nº 1, do artigo.17º da lei n. º29/87 de 30 de junho. -----

----O Vice-Presidente de Câmara informou que até à data os eleitos locais usufruíam do seguro da Associação Nacional de Municípios, que termina no dia 1 de maio de 2024, salientou que está previsto, do ponto de vista legal, que a renovação do mesmo tem de ser aprovada pela Assembleia. -----

O deputado Hélder Gomes (RB1), esclareceu à Assembleia sobre as condições do novo seguro. -----

Foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

PONTO 3 – Foi apreciado o Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Ribeira Brava, referente ao ano 2023, de acordo com o estipulado no nr. º2, do artigo 32º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens (Lei n. º 147/ 99 de 01 de setembro). -----

---- A Dra. Elsy Gonçalves, em representação da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Ribeira Brava, deu a conhecer aos presentes o relatório anual de atividades da referida comissão, referente ao ano 2023. Começou por realçar que a CPCJ teve um funcionamento regularizado, ou seja, em termos de comissão alargada e restrita, sendo que a comissão alargada está mais responsável pelo trabalho comunitário, realizando 9 das 11 reuniões mensais previstas, para além de programar as atividades e ações de prevenção a realizar durante o ano. Referiu o projeto “Tecer a Prevenção”, com vista à construção do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança. Este



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Plano prevê a elaboração de um diagnóstico local sobre a perceção e o conhecimento da comunidade escolar, relativamente ao funcionamento da CPCJ e as problemáticas sobre as quais intervém. Para o efeito foram realizados inquéritos em todas as escolas do Concelho (dirigidos a alunos, pessoal docente e não docente), bem como em diversas entidades com competência em matéria de infância e juventude. Quanto ao trabalho na comissão restrita, salientou ser de carácter mais sigiloso, pois são recebidas as sinalizações, são dadas informações ao ministério público, trabalhando também com as entidades de saúde e segurança social, quando existe necessidade disso. Em termos de intervenção preventiva foram realizadas sessões com famílias cujas crianças e jovens estavam sinalizados na comissão. Estas tinham o objetivo de munir as famílias de ferramentas psicológicas para educar e orientar melhor os filhos, ressaltou ser uma área que necessita de muito trabalho e dedicação. No mês de abril, Mês de Prevenção de Maus-Tratos na Infância, houve várias atividades desenvolvidas, nomeadamente a do Laço Azul terminando com o espetáculo infantil “Vanusca, na prevenção aos maus-tratos.” Foi desenvolvido, pelo Dr. Nelson Carvalho, o Workshop “Uso e abuso de substâncias psicoativas – como prevenir.” com o objetivo de sensibilizar os participantes e técnicos, de diversas áreas, sobre as novas substâncias psicoativas e consequências da sua utilização. Diversas atividades foram desenvolvidas para comemorar o Dia da Criança como a “CPCJ vai a rua”. Em novembro realizou-se o 34º Aniversário sobre a Convenção dos Direitos da Criança, tendo sido colocado um estendal com todos os direitos da criança criado pela EB1PE Ribeira Brava e uma marcha, na qual as crianças se deslocaram até ao largo da igreja, para apresentarem a peça de teatro “Árvore dos Sonhos”. A última atividade desenvolvida em 2023 foi direcionada para a questão da violência, assinalando o Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, tendo sido realizada uma palestra com participação da escritora e representante da UMAR-Madeira e da Sra. Agente Cecília Pinto da PSP da Ribeira Brava. Em relação ao trabalho realizado em campo, referiu que em 2023 verificaram-se 21 processos transitados, 38 novos processos, 15 reabertos (nestes ocorrem problemáticas diferentes que originar a sua reabertura), 38 arquivados. As freguesias de Campanário e Ribeira Brava apresentam maior índice são as freguesias onde existe maior aglomerado populacional e população mais jovem. Em termos de evolução do volume de entrada de processos em 2020 e 2021,



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

existiu um decréscimo muito grande, devido em parte ao Covid 19. Em 2023 houve um aumento, não como nos anteriores anos. Em relação aos processos arquivados foram sinalizados seis e quatro processos com acordo de proteção assinados com as famílias. Foram implementadas medidas e os processos foram arquivados pois a situação de perigo deixou de subsistir, as famílias cumpriram com as suas partes do acordo, a escola, a Segurança Social e o centro de saúde também, e quando todas as partes cumprem as cláusulas o processo é arquivado. Existem outros casos de arquivo resultantes dos prazos e outros pelo fato do jovem atingir os dezoito anos de idade. Os casos em que há incumprimento dos acordos, são posteriormente encaminhados para o Ministério Público. Cerca 55% das crianças pertencem ao sexo masculino, 45% ao sexo feminino e em termos de faixas etárias verifica-se maior prevalência das idades entre os 13 e 14 anos e entre os 15 e 17 anos, que coincide com a fase da adolescência e da puberdade. Em termos de problemáticas sinalizadas, observa-se que o maior número de casos sinalizados reflete a problemática de violência doméstica e questões de negligência. Entende-se por negligência e no caso da própria criança, aquela que não se interessa e não tem o seu auto cuidado, às vezes por parte da própria família que não tem atenção às questões de saúde, vacinação, alimentação adequada a vestimenta, sendo vários tipos de negligência que infelizmente tem vindo a aumentar. As entidades que sinalizam são as instituições de ensino pelo fato de existir um maior contacto com os jovens e ser mais fácil a deteção de situações de perigo também tem vindo a aumentar as denúncias anónimas à PSP. As pessoas que têm conhecimento podem ir ao site, podem ligar ou então passar na comissão sem deixar o nome nem identidade o que tem sido positivo. Os acordos de promoção e proteção, são trabalhados, em primeiro lugar, junto dos pais, as medidas implementadas são para equipar e munir os pais com as ferramentas necessárias para que a jovem saia da situação de perigo. Quando a família não tem mesmo competências, torna-se necessário retirar a criança ou escolher um outro familiar para acompanhar aquela criança, em último caso avança-se para o acolhimento residencial. Ressaltou que, ao contrário do que se pensa, a CPCJ não retira crianças às famílias. Agradeceu toda atenção e cuidado prestado pela Câmara Municipal. -----

-----O Deputado Laureano Macedo (PS) felicitou todo o trabalho efetuado pela CPCJ, e solicitou esclarecimento acerca de um quadro com as problemáticas sinalizadas em 2023,



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

se também constavam situações de idosos e deficientes. Afirmou a necessidade da existência de uma comissão para idosos e pessoas deficientes. -----

-----A Dra. Elsy Gonçalves esclareceu que, até a data não houve nenhuma criança/ jovem portadora de algum grau deficiência, informando que participou num projeto sobre violência doméstica em conjunto com deficiência intelectual, pelo que estaria preparada se tal viesse a acontecer. Concordou com a criação de uma comissão de pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas. Referiu também que os comportamentos de delinquência, de automutilação, comportamentos antissociais, de oposição, desafio, como são percentagem pequenas não foram destacados na apresentação. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) referenciou o consumo de álcool nos jovens, tendo em conta a realização de vários eventos, nomeadamente da poncha, e ressaltou a importância de apelo para comportamentos responsáveis, junto dos potenciais jovens consumidores, pela Autarquia. -----

-----A Dra. Elsy Gonçalves declarou que compete às famílias serem responsáveis pelos filhos, em relação ao consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos, pois os jovens aprendem mais através da observação de comportamentos em casa, apostando num trabalho de prevenção, para o qual todos devem colaborar. -----

-----A Senhora PJF Serra de Água, congratulou a CPCJ por todo o trabalho feito e lembrou à Assembleia que se vive uma educação inclusiva pelo que não se separa uma criança, dita normal, de uma com deficiência, portanto estes valores dos processos que são enviados podem ser referentes aos dois casos. Neste momento, em Portugal não se faz diferença no tratamento da criança dita normal ou portadora de deficiência, sugeriu, que o professor do ensino especial fosse ouvido, na comissão alargada ou por vezes na comissão restrita. problemática-----

-----O deputado Luís Vicêncio (CHEGA), congratulou a CPCJ por todo o trabalho realizado e pediu esclarecimento sobre os casos de negligência. -----

-----A Dra. Elsy Gonçalves referiu que ocorrem por falta de supervisão e acompanhamento familiar, negligência face ao comportamento das crianças/jovem, nomeadamente quando a criança já começa a manifestar comportamentos de consumos de substâncias em idade precoce, situações de intimidade muito precoce, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis e ao nível psicoafectivo. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- A Sra. Presidente da Assembleia informou que os membros da Mesa da Assembleia foram convidados, pela Assembleia Municipal do Porto Santo a participar numa reunião no dia 13 de abril, no Porto Santo, com todos os presidentes e secretários de assembleias municipais da RAM, tendo esta deslocação sido autorizada pelo Presidente da Câmara, informando que na mesma estarão presentes o Presidente da ANM e o seu secretário, salientado a importância desta reunião no âmbito da gestão dos assuntos das assembleias municipais.-----

----A Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Maria Natália Gonçalves da Silva, passou à leitura da minuta e das deliberações referentes à sessão. -----

Colocada à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão pelas 13 horas e 25 minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Maria Natália Gonçalves da Silva, Primeira Secretária da mesa, redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com a referida Presidente e Segundo Secretário, nos termos do nº 2 do artº57, da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ribeira Brava, 20 de março de 2024,

A Presidente da Assembleia, _____

A 1º Secretária, _____

O 2º Secretário, _____